

Falta de acordo ameaça plano ambiental pronto para Amazônia

POVOS IN

38

4/16/89

p. 16

APMINT 3

Ricardo Arnt

Um desentendimento pontual ameaça uma das raras tentativas de ocupação racional da floresta tropical na Amazônia. Um amplo programa de defesa ambiental está pronto para ser implantado sobre 252 mil km² de territórios de Rondônia, Acre e Amazonas — uma área do tamanho da Alemanha Ocidental. Mas, se até o próximo dia 14, o impasse que impede a aprovação, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Pmaci — Programa de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas — não for resolvido, o governo brasileiro vai implantá-lo por sua própria conta. A hipótese não entusiasma nem os técnicos federais que trabalham no plano. A participação do BID significa mais fundos, envolvimento do *staff* técnico do banco no programa e, sobretudo, uma garantia de continuidade, resistente à carência de recursos e às flutuações políticas no Brasil. A depender só do governo federal, é duvidoso prever o futuro do Pmaci depois das eleições de novembro.

O programa foi proposto em 1985 para orientar a pavimentação dos 502 quilômetros da estrada BR-364, no trecho Porto Velho - Rio Branco, como cláusula contratual para o financiamento da obra, orçada em US\$ 146 milhões, 60% do Brasil e 40% do Banco. O Pmaci é barato: são só US\$ 10 milhões. Seu objetivo é preparar a área de influência da estrada para o mesmo processo de valorização da terra, concentração fundiária, expulsão de seringueiros, invasão de terras indígenas e desmatamento registrado em Rondônia com a pavimentação

ção da BR-364, de Cuiabá a Porto Velho, em 1984. Desde o início, o Conselho Nacional dos Seringueiros, liderado por Chico Mendes, foi o maior defensor do programa, também apoiado pelo governo do Acre.

Sucessivas versões do Pmaci foram elaboradas pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (Seplan). As primeiras, que consideravam como de impacto ambiental do projeto áreas situadas a 500 quilômetros da estrada, foram impugnadas pelo hoje extinto Conselho de Segurança Nacional. Em agosto de 1987, diante do atraso do programa e do avanço da pavimentação da estrada, sindicatos rurais do Acre e entidades ambientalistas dos Estados Unidos pressionaram o BID, através da Comissão de Apropriações do Senado americano, para suspender os desembolsos à estrada. Em janeiro de 1988, depois de já haver investido cerca de US\$ 20 milhões na obra, o BID suspendeu os financiamentos.

Saden — O Plano de Ação Definitivo do Pmaci, desta vez elaborado com a participação dos militares da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden) foi concluído em setembro de 1987. No mesmo mês, a Funai, sob velada inspiração militar, apresentou à promulgação da Presidência da República o Decreto-Lei 94.946 criando as figuras legais de Colônia Indígena e Área Indígena, destinadas a redefinir territórios indígenas de acordo com os estágios de aculturação dos grupos. Desde o seu anúncio, o decreto tem sido combatido

por entidades indígenas e pela Associação Brasileira de Antropologia, que questiona os critérios antropológicos da classificação.

As comunidades indígenas na área do Pmaci rejeitam a criação de Colônias Indígenas que, na prática, reduzem territórios originais e os incorporam, em parte, a Florestas Nacionais, cuja exploração econômica cabe à Funai e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis determinar. Para os índios trata-se de expropriação de terras. Suas reivindicações foram adotadas pelos seringueiros e pelas entidades ambientalistas, e o BID, apesar de empenhado na implantação do Pmaci, foi induzido pelo Congresso americano a negociar, protelando a retomada dos desembolsos para a BR-364. O governo brasileiro, entretanto, não admite rever o decreto-lei. A rigor, o Pmaci está sendo penalizado no lugar da Funai.

Em abril de 1988, técnicos do BID, seringueiros, comunidades indígenas, entidades de apoio e o governo estadual tentaram, através do denominado Acordo do Rio Branco, encontrar soluções para o impasse. Em setembro, entretanto, as divergências voltaram a se acirrar. Uma delegação indígena que viajou a Brasília para protestar contra a criação das Colônias Indígenas na área do Pmaci foi sumariamente barrada das negociações. Consolidou-se o impasse. No próximo dia 14 vence o já estendido prazo de validade do contrato de financiamento da pavimentação da estrada com o BID. Automaticamente, ele será cancelado.

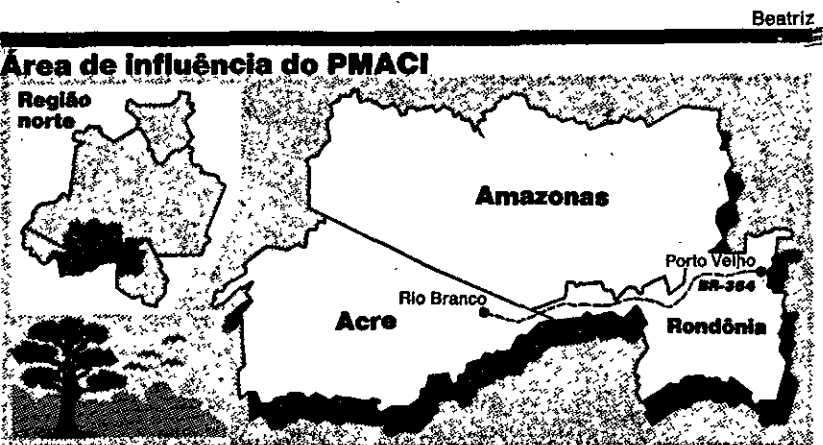
Os prejuízos da perda de perspectiva

Todos perdem com a saída do BID do programa: os seringueiros, os índios, os ambientalistas, o governo do estado, o governo federal e o próprio banco, em experiência e boa imagem. O Brasil, sobretudo, perde a oportunidade de recolher expressivos dividendos políticos internacionais assegurando a continuidade de um programa razoável de ocupação racional da Amazônia — o segundo em sua história, depois da má sucedida experiência do Polono-roeste. Ganham, apenas, os que não têm a perder — só a faturar — com a expansão selvagem da fronteira econômica no Acre.

O Pmaci pretende preservar 33,56% dos 252.136 km² da sua área. Contempla a criação de dez Reservas Extrativistas, em 10.578 km², beneficiando 3.524 famílias de seringueiros. Cria a Estação Ecológica do Acre, com 775 km² de florestas. Propõe a regularização, discutível, de 28.358 km² de terras indígenas. Prevê a implantação de 11 Florestas Nacionais, em 11.410 km².

O Programa estabelece a ordenação territorial da região, coordenando medidas e projetos públicos de ocupação territorial elaborados por diversos órgãos de governo, tendo como base o seu zoneamento ecológico — que determinará a vocação econômica adequada de cada área. Ações de educação ambiental, saúde e extensão rural de técnicas florestais sustentáveis também serão desenvolvidas.

Reação — A fiscalização ambiental é um caso a parte. A explosiva expan-



são de garimpos, madeireiras e projetos pecuários, freqüentemente ilegal, flaqueada pela notória precariedade judicial e policial na Amazônia, custou a vida de muitos que se opuseram a ela — como Chico Mendes. Cabe sobretudo ao governo federal assegurar o cumprimento das leis.

Nos últimos meses, os técnicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis endureceram a fiscalização. Uma operação de inspeção industrial nas serrarias do Acre, dentro da área do Pmaci, descobriu que 22 das 25 empresas madeireiras de Rio Branco operavam irregularmente. As multas e o confisco da madeira ilegalmente extraída já criaram atritos entre setores do governo federal e do governo do estado. É a hora decisiva de escolher lados. No dia

16 de maio, o coordenador do Pmaci, José Rente Nascimento — com quem Chico Mendes tantas vezes discutiu, em campo oposto —, foi espancado por madeireiros em Rio Branco. Um sinal de que também o governo sabe atuar na direção certa.

A violência no Acre turva a solução do impasse que permite a implantação do Pmaci. Alguns dos protagonistas da sua história parecem ter perdido a perspectiva. Os benefícios do programa são claramente maiores do que as eventuais concessões mútuas necessárias para viabilizá-lo. Muitos estão cansados e céticos, depois de três anos de negociações e divergências. Mas se o Pmaci não for implantado e desenvolvido com competência, o impacto da BR-364 concluída fará muita gente ter saudade dele. (R.A.)

Beatriz